

O exercício da antropologia: enfrentando os desafios da atualidade*

Claudia Fonseca, UFRGS

Convidada a falar pelo comitê organizador do evento, "Ensino de Antropologia: Diagnóstico, mudanças e novas inserções no mercado de trabalho", comecei minha fala, em dezembro de 2002, com uma explosão de entusiasmo:

"Na espera da tomada de posse de nosso novo presidente, Luiz Ignacio Lula da Silva, estamos vivendo, nesse momento da história brasileira, um singular clima de otimismo. Assim, somando-se ao aumento impressionante de antropólogos formados na última década e a abertura de novos espaços para o emprego desses egressos, surge a possibilidade de uma nova ordem de diálogo democrático e participação popular em que o papel do antropólogo, especialista da diversidade, será mais do que nunca valorizado."

Ao olhar para essas frases introdutórias hoje, não posso deixar de pensar o quanto nós pesquisadores, tal como nossos informantes, somos influenciados pelo contexto em que vivemos. Certamente, em dezembro 2002, meu entusiasmo espelhou a esperança generalizada numa nova ordem política. Hoje, quase dois anos depois, diante de taxas record de desemprego, e decepções em diversas outras áreas de política social -- enfim, o reconhecimento que a utopia não é para já -- meu tom arrisca ser bem menos otimista.

Reconheço agora que a nova geração de antropólogos brasileiros terá uma situação desafiadora a enfrentar, mas vai exigir muito trabalho -- muita análise reflexiva e de experimentação -- para adequar-se de forma criativa a esses "tempos modernos". Formados numa época de plena expansão do campo disciplinar, ou pelo menos por professores que viveram essa época, terão que adequar seu conhecimento a um contexto em que não somente o mercado de emprego, mas a política de ensino superior (sem mencionar o clima político em geral) são radicalmente diferentes dos que conheciam.

É uma obviedade dizer que as coisas mudam de uma geração para outra, mas -- talvez porque eu pertença agora à geração dos "antigos" -- me impressiona mais do que nunca o quanto as circunstâncias para o exercício de nossa profissão têm mudado nessa última geração. Assim, é bom lembrar que, mesmo se eu conseguisse convencer alguém que, no Brasil, a comunidade de antropólogos estabeleceu um programa interessante de formação durante os anos 80 e 90 (afirmação ainda aberta ao debate), nada garante que seja desejável, hoje, aproveitar a sabedoria dos anciões (nós). Talvez o melhor legado que podemos deixar para a nova geração seja a clareza de que cada época exige dos jovens profissionais extrema criatividade para que se adequem às condições do momento sem perder a identidade que os trouxe para o campo de Antropologia originalmente. Sem querer cair na nostalgia, muito menos

* In *Ensaio de Antropologia no Brasil: Formação, práticas disciplinares e além-fronteiras* (org. Miriam Pillar Grossi, Antonella Tassinari, Carmen Rial). Florianópolis: ABA/Nova Letra. 209-230, 2006.

num discurso catastrófico, creio que qualquer comentário meu deve ter como prefácio essas palavras de cautela.

Vou bater em duas teclas ao longo desse artigo. Em primeiro lugar, o fato de que a maioria de nossos egressos hoje, diferentemente da geração de seus professores, é destinada a ensinar antropologia para não-antropólogos -- estudantes procurando aquela cultura geral necessária para que técnicos e cidadãos em geral se movimentem no mundo contemporâneo. Em segundo lugar, estarei me endereçando à necessidade de tornar a antropologia explicitamente relevante para domínios extra-acadêmicas de políticas públicas e intervenção. Ambas preocupações são conseqüência da reconfiguração do mercado de emprego para egressos dos cursos de antropologia. Sobre o primeiro tema, farei um rápido retrospectivo para colocar em perspectiva a época atual. Para o segundo, trarei a tona a experiência do núcleo em que participo, um núcleo voltado para a tripla agenda de pesquisa, consultoria e formação de alunos. Considerando minha proximidade ao campo em discussão, esse artigo será um tipo de "depoimento de nativo", com uma concentração em detalhes "locais". Espero contudo ser um tipo de informante privilegiado, estimulando reflexões mais abrangentes a partir de um caso particular.

1. Modos (e modas) de ensino, tipos de corpo discente

A época das mil flores: um curriculum heterogêneo durante a reabertura democrática. Quando comecei a dar aula no curso de Ciências Sociais da UFRGS, em 1978, os estudantes palpitavam muito. Nessa época da reabertura democrática a antropologia tinha que se defender contra a acusação de ser politicamente conservadora, simples reflexo de uma mentalidade colonialista. O curso de Ciências Sociais (especialmente sociologia e ciência política) atraía, entre outros, jovens idealistas que procuravam nesse curso instrumentos para mudar a realidade. Exigiam que nós professores tornássemos as aulas relevantes à realidade deles. Compreensivelmente, queriam refletir sobre os movimentos sociais e os novos processos de participação política que tomavam conta do cenário nacional. Aceitavam pequenas doses das Ilhas Trobriand e, do outro lado do mundo, povos nilóticos... mas o grosso das discussões (e mesmo das leituras) era voltado para problemas existenciais e políticos que os jovens viviam na época.

Lembro que nossa biblioteca ainda possuía volumes e volumes de manuais de antropologia -- livros traduzidos do inglês por alguma frente de expansão cultural norte-americana (Kaplan e Manners, Keesing, Montagu) De fato, meus colegas e eu raramente usamos esses livros na sala de aula. Sem dúvida, tinha aí uma rejeição bem fundamentada do imperialismo *yankee*, e da ideologia implícita no conteúdo e na própria organização desses livros. No entanto, cabe notar que havia (e ainda há), na antropologia brasileira, uma rejeição ampla de qualquer receita didática. Assim, nem os manuais mais recentes, ou de origem nacional mais variada (Aznar, Laplantine, Cuche), foram adotados como livro mestre de cadeiras, que fossem da graduação ou da pós-graduação. Tampouco surgiram cartilhas, a base de disciplinas já ministradas, conforme uma tradição francesa. Cada programa consistia em uma colagem de textos -- capítulos de livros, artigos e revisas -- composta pelo regente da cadeira. Parecia um ponto de honra evitar qualquer fixidez dos programas. Não somente as

leituras diferiam de um professor para outro, podiam mudar radicalmente de um semestre para outro.

A ausência de cânones didáticos resultou numa grande flexibilidade curricular. Assim, a disciplina "Introdução a Antropologia" (ou Antropologia I) podia encerrar uma variedade de temas, conforme a inclinação do professor: desde artigos contemporâneos sobre terreiros de umbanda, causas feministas, conflitos indígenas...até textos clássicos de Mead, Malinowski e Mauss. Aprendi muito na tentativa de atender às demandas dos estudantes dessa época, mas, no processo, eu -- como alguns dos meus colegas -- deixei os clássicos durante um certo tempo em segundo plano.

Cabe lembrar que muitos dos estudantes da graduação acabaram entrando na vida acadêmica. Ainda era possível entrar na carreira universitária com apenas o Mestrado (tinha sido meu caso). Havia relativamente poucos estudantes no ensino superior, e a política nacional pautava a expansão do sistema. Em 1977, o Museu Nacional a UFRJ criou o segundo doutorado em antropologia (somando-se ao tradicional da USP) e em 1981 a UNB seguiu com a abertura de seu doutorado. Mas, as vagas "locais" para doutorandos ainda eram pouco, e a maioria de jovens mestres que queriam continuar seus estudos tiveram que sair para o exterior -- França e os Estados Unidos em particular.

A volta dos clássicos: a consolidação do sistema de pós-graduação. Quando, no início dos anos 90, chegou a época da reestruturação curricular (inspirada na iminente LDB), o clima já era outro. Entrava na faculdade uma nova geração de profissionais que, apesar de exímios pesquisadores, ressentiam do que viam como "buracos" na sua própria formação. Assim, quando saiu o novo plano curricular, os clássicos estavam em alta. As cadeiras opcionais só iniciavam depois de uma base sólida -- no mínimo, três semestres -- passando sistematicamente pelas diferentes escolas da tradição disciplinar.

A ênfase numa sólida base disciplinar coincidiu com a consolidação do sistema de pós-graduação no país. No fim dos anos 80, muitos jovens doutores que tinham sido bolsistas do governo federal (CNPq e CAPES) voltavam do exterior com uma agenda de pesquisa que estreitava os laços entre Brasil e a comunidade acadêmica internacional. No vaivém intelectual entre os continentes, os clássicos se declararam mais do que nunca como garantia de uma referência comum. Todos os esforços estavam voltados para a formação de pesquisadores, na criação de uma antropologia brasileira que pudesse se impor no cenário internacional.

Com a consolidação do sistema de avaliação CAPES, a maior ênfase na política universitária era no desenvolvimento da pós-graduação, área que trazia prestígio e recursos para os diferentes departamentos de antropologia. Já que era preciso um número mínimo de doutores para abrir um programa de pós-graduação, houve uma corrida por diplomados. Em certas circunstâncias, ainda havia mais vagas para professores do que candidatos ao cargo de professor doutor. O sistema se retroalimentava. Era necessário a criação de mais programas de pós-graduação para formar doutores, e era necessário um maior número de doutores para abastecer estes programas. Na área de antropologia, os programas de pós-graduação eram todos

localizados em universidades públicas (estaduais ou federais) que ainda eram, de longe, a fonte principal de emprego tanto para mestres quanto para doutores.

A expansão e privatização do ensino superior. No final dos anos 90, houve uma nova reviravolta no cenário da antropologia brasileira. Frisamos, em primeiro lugar, a produção persistente (ainda que modesta) durante os últimos dez anos de jovens diplomados em antropologia. Desde meadas dos anos 90, as universidades brasileiras estão diplomando entre 20 e 30 doutores em antropologia por ano, e um número duas a três vezes maior de mestres. Com a abertura, em 2002, do doutorado da UFF, nove dos dez programas de pós-graduação em antropologia podiam ser considerados mais ou menos "consolidados", com número suficiente de professores doutores, ao mesmo tempo que acelerava-se a produção de novos doutores.

Concomitantemente, ao longo dos anos 90, tinha diminuído a quase zero o número de solicitações ao CNPq e à CAPES por bolsa de doutorado no exterior. Com raras exceções, os melhores alunos de Mestrado optavam por realizar seu doutorado no Brasil (frequentemente no mesmo Programa onde realizaram seu mestrado), onde gozavam, além de uma boa formação, de uma integração segura em equipes e programas coletivos de pesquisa. Essa "nacionalização da antropologia brasileira" foi, de certa forma, conseqüência de seu sucesso. A antropologia brasileira alcançou suas metas da década de 90 -- consolidando um estilo próprio, e passando a ser reconhecida internacionalmente, ao lado das comunidades de Noruega e Índia, como uma das principais "Antropologias da Periferia". Ironicamente, como conseqüência do êxito internacional de antropologia brasileira e da alta qualidade dos programas de pós-graduação nacionais, estamos lidando hoje com uma geração de jovens doutores em antropologia que não tiveram necessariamente experiência de estudo ou pesquisa no exterior.

Cabe, em segundo lugar, sublinhar o processo de "democratização" do ensino superior como um todo. Na última década do século XX, o número de alunos nos cursos brasileiros de graduação dobrou, chegando em 2002 a 3.5 milhões. Enquanto ocorreu certa expansão nas universidades públicas mais antigas, houve um crescimento vertiginoso de instituições privadas de ensino superior. Em 2002, 70% dos alunos da graduação do país estavam matriculados em cursos particulares (Sampaio 2003: 154).

É importante entender as implicações desse processo para o mercado de trabalho de diplomados em antropologia. Graças à onda de aposentadorias provocada pela Reforma da Previdência (concebida em 2003 e promulgada no início de 2004), ainda existe certo mercado de emprego para professores nas universidades públicas, mas a produção de diplomados (Mestres e Doutores) supera em muito essa demanda¹. Doutores, e mesmo mestres, ainda conseguem emprego mas, cada vez mais, só a condição que aceitem trabalhar "no interior" e num lugar que não tem programa de pós-graduação.

¹ Os cursos de pós-graduação, por sua vez, passaram a produzir mais que três vezes o número de titulados por ano. Em 2002, diplomaram 6.893 doutores, contra 1.780 em 1992; e 21.359 mestres, contra 7.380 em 1992 (Martins 2003). Os departamentos e PPGs em antropologia seguiram nesse mesmo rumo, se bem que em um ritmo menor.

Hoje: a negociação entre pesquisa, extensão e ensino. As mudanças que subimos hoje são em parte fruto de uma política nacional que está "redimensionando" o peso de pesquisa e pós-graduação na política geral de ensino. Houve um achatamento dos salários nas instituições públicas e um deslocamento sutil de fundos em direção às universidades privadas. Financiamento público para pesquisa não tem acompanhado o crescimento dos programas de pós-graduação. Enquanto no início dos anos 90, havia bolsas de estudo para praticamente todo o corpo discente, hoje boa parte, senão a maioria, fica pelo menos durante certo período sem.

Existe atualmente uma pressão dupla, e de certa forma paradoxal, pesando sobre a comunidade acadêmica. Por um lado: apesar das condições menos propícias, cobrase o mesmo nível de excelência (ritmo de publicação, prazo para defesa de teses e dissertações) alcançado ao longo da última década. Por outro lado, há políticas que favorecem o atendimento à demanda técnica, através de cursos de especialização, Mestrados profissionalizantes, programas de extensão, etc. Já que a maioria destes, ao contrário de cursos puramente acadêmicos, são pagos pelos alunos, existe, entre outras, uma motivação financeira para promovê-los. Tais programas são uma maneira para garantir aos departamentos uma fonte de renda suplementar.

Contudo, antes de denunciar a atual conjuntura como a conseqüência pura e simplesmente de um complô neo-liberal, deveríamos reconhecer que existem certas dinâmicas em jogo -- a expansão do sistema de ensino superior, sua "interiorização" e o aumento do número de titulados -- que mudariam o cenário em todo caso. De uma forma ou outra, teríamos que lidar com o fruto dos esforços relativamente bem-sucedidos das últimas décadas para nos fazer a pergunta: e agora?

Durante longos anos, com raras exceções², o ensino da antropologia recebia relativamente pouca atenção. A aprendizagem se fazia de forma artesanal, no exercício da pesquisa. Dependia de uma transmissão quase xamanística de conhecimentos, conforme a relação particular do professor com seus orientandos. Havia tremenda criatividade da parte de certos professores, especialmente no ensino de aulas introdutórias, mas o benefício dessas experiências não circulava muito além de um pequeno círculo de colegas (Victoria, Knauth e Hassen 2000, Cavedon 2003). Ademais, quem dava aulas para estudantes e técnicos de outras áreas era geralmente aquele colega abnegado ou altruísta, pois tal atividade era considerada -- além de mais difícil -- menos digna do que ensinar no curso de ciências sociais, preparando futuros antropólogos para o ofício. (Não deixa de ser irônico, logo os antropólogos, treinados a pensar "a diferença" em termos relativistas e não necessariamente hierárquicos, considerarem essa função -- garantir uma dimensão humanista (e, eu diria, crítica) à prática dos futuros dentistas, médicos, psicólogos, educadores, etc. -- algo "menor".)

A reunião da qual participamos em dezembro de 2002, todo o programa (contínuo) da ABA (ver Ribeiro e Trajano Filho 2004), assim como a coletânea em que este artigo está incluído são provas de que essas atitudes estão mudando. Jovens com excelente formação e vocação tanto para ensino quanto para pesquisa estão encontrando emprego em universidades interioranas onde lhes é exigido repensar sua hierarquia tradicional de valores. Não se encontram cercados de colegas antropólogos num departamento específico da área. Muitas vezes, nas suas faculdades, nem existe curso

² Ver, por exemplo, os vários artigos sobre esse tema no fascículo editado pela ABA *O ensino da antropologia no Brasil: temas para discussão* (1995) ou no *Anuário Antropológico* 96.

de ciências sociais. Quando muito, estão em um departamento pequeno de ciências sociais (ou humanas) e têm como tarefa principal demonstrar a relevância do pensamento antropológico para não-antropólogos, realizando atividades de extensão e completando a educação dos alunos dos cursos técnicos. Creio que muitos desses jovens antropólogos, em vez de perder tempo se lamentando de sua desgraça, estão enfrentando os desafios da situação. Além do mais, projetam incorporar sua experiência em discussões acadêmicas para o enriquecimento da disciplina como um todo.

Deixando esse ponto para ser aprofundado por pessoas mais diretamente envolvidas no ensino nesses novos contextos, passo agora a pensar como -- desde a formação em cursos de ciências sociais -- podemos encorajar o tipo de reflexão que põe em valor o papel do antropólogo fora do quadro universitário. Se viemos de uma época em que a pesquisa acadêmica (e sua divulgação no meio internacional de scholars) era suficiente para legitimar a disciplina, sugiro que hoje, está mais do que nunca necessário sublinhar as aplicações práticas de nosso saber.

2. Pensando, junto com os estudantes, as aplicações práticas de nosso saber

O que a antropologia tem a oferecer para o técnico (pedagogo, psicólogo, médico, planejador, etc.) no contexto extra-acadêmico? Sugiro que a dificuldade em responder essa pergunta não é restrita a estudantes neófitos. É endêmica à disciplina. Evans-Pritchard, por exemplo, apesar de quinze anos de trabalho intensivo no Sudão, escreve em tom de leve queixa que nunca foi consultado sobre qualquer problema pelos administradores colonialistas locais. Seu predecessor, Seligman, contratado pelo governo sudanês para realizar pesquisas, teve apenas um pouco mais sorte: foi consultado uma vez, e sua sugestão não foi acatada (Kuper 1975: 133). Não obstante muito alarido sobre o papel do antropólogo, "parteira do imperialismo" (Gough 1968), há farta evidência de que, pelo menos até os anos 50, não existia, fora do mundo acadêmico, muita demanda por seu trabalho. Malinowski, é verdade, prometia grandes resultados, na esperança de conseguir -- da Coroa ou dos governos colonialistas -- fundos para pesquisa e formação de estudantes, mas, na opinião de pelo menos um dos grandes historiadores da disciplina, Adam Kuper, o trabalho dos antropólogos se mostrou pouco útil para a administração colonial. Kuper cita um administrador de então, queixando-se que dos antropólogos:

[ao mesmo tempo que] "protestavam que só eles tinham talento para entender [os nativos...], produziam relatórios de tal tamanho que ninguém tinha tempo para lê-los e, em todo caso, até se tornarem disponíveis, [estes relatórios] eram freqüentemente irrelevantes para os negócios cotidianos do governo" (1975: 133).

Da parte dos antropólogos, a falta de interesse nos assuntos do governo colonialista era praxe. A aliança entre eles e a administração colonial era vista pelos dois lados como um mal necessário. A administração lançava ocasionalmente mão de um antropólogo para dar a impressão de uma política esclarecida, e os antropólogos esperavam, dessa forma, conseguir verbas para realizar aquilo que consideravam realmente importante: a pesquisa acadêmica (Ibid.).

Eu poderia subtilizar meu argumento apontando para fatores históricos e políticos que explicam o desencontro entre antropólogos e administradores colonialistas (Fonseca 1982). Também poderia citar outros capítulos da antropologia -- a antropologia americana depois da Segunda Guerra Mundial, por exemplo -- quando, devido a uma orientação pragmática, houve um entendimento bastante afinado entre antropólogos e seus empregadores extra-acadêmicos (ver Mead 1955, Kluckhohn 1961 [1949], Spicer 1952). Finalmente, poderia entrar nas inúmeras críticas da antropologia funcionalista que aceitou de forma ingênua a ideologia e metas de seus empregadores (agora, nos malogrados projetos de desenvolvimento) (Leclerc 1972, Fabian.1983) Certamente esses temas deverão ser retomados justamente para que jovens engajados não repitam os erros do passado. Porém, é fundamental não se deixar paralisar pelas críticas. Deve-se lembrar que antropólogos ao longo da história também tiveram um envolvimento crítico nos diversos projetos de intervenção, trabalhando inclusive em parceria com populações minoritárias para resistir contra imposições da política oficial (ver, por exemplo, Barcellos et al. 2004, Anjos e Silva 2004).

Por ora, gostaria de evocar o tipo de frustração expressa por Evans-Pritchard (e, antes dele, Seligman) para sublinhar um aspecto que considero inerente no próprio procedimento do antropólogo e que dificulta o entendimento entre este e seus empregadores potenciais. Falo do princípio enunciado por um de nossos pais fundadores, Malinowski -- que o pesquisador deveria rejeitar idéias preconcebidas e trabalhar com hipóteses abertas, suscetíveis a serem substituídas por hipóteses inteiramente novas, conforme a experiência de campo. Nessas circunstâncias, como cumprir promessas ou garantir a relevância da pesquisa para objetivos traçados (pelo administrador) de antemão? A análise cultural, com sua insistência na particularidade dos universos simbólicos, exige uma enorme versatilidade, já afastando o antropólogo das receitas técnicas, familiares ao administrador. Imagine um antropólogo tentando explicar seu "método gago" de pesquisa para um administrador público...(Conforme esse método, e nas palavras de C. Geertz: Não se sabe "exatamente onde começar ou, tendo começado, a onde ir. O argumento se torno oblíquo e a linguagem também, pois quanto mais bem-ordenado e reto um caminho, mais ele parece duvidoso" (Geertz 1983: 6)). Diante de tal quadro, não é nada surpreendente que o empregador sente grande dificuldade em entender exatamente o que o empreendimento antropológico pode contribuir para sua organização.

A próxima etapa desse processo, a de voltar a lente de análise para as categorias do próprio pesquisador, desconstruindo os termos originais do "problema" sob estudo, é quase impossível para um planejador engolir. O antropólogo precavido pelas críticas à antropologia clássica, procura incorporar as dimensões políticas e históricas à análise cultural (Dirks, Ely e Ortner 1994). O empregador, entendendo que ele detém o monopólio dessas considerações, tenta circunscrever o trabalho do antropólogo ao "estritamente cultural". Surge assim uma tensão que deve ser trabalhada, uma renegociação dos próprios termos da colaboração antropológica. Expresso nesses termos, o processo parece tão árduo que não é surpreendente que muitos antropólogos fogem dessa experiência (de ciência aplicada), como o diabo da cruz.

3. Preparando alunos, e sensibilizando futuros empregadores

O diálogo entre antropólogos e seus "clientes" extra-acadêmicos é difícil mas não é impossível. Como devemos proceder -- nós professores -- para promover esse diálogo? Cabe, em primeiro lugar, intensificar uma discussão, já na graduação, sobre os percalços de uma ciência aplicada. O estudo aprofundado da história da disciplina joga luz sobre essa questão. Mas também é importante trazer a tona as inúmeras atividades realizadas no Brasil contemporânea por colegas antropólogos: além de laudos sobre quilombolas e sociedades indígenas (Leite 1999, Anjos e Silva 2004, Barcellos et al 2004, O'Dwyer 2002, etc.), incluem-se as assessorias que envolvem obras hidráulicas, patrimônio histórico, planejamento urbano, políticas de saúde e demais projetos sociais. A reflexão sobre as inevitáveis complicações políticas, analíticas e éticas dessas atividades ajuda a preparar alunos para a participação em projetos semelhantes (ver, entre muitos outros, Silva, Luz, e Helm, orgs. 1994, Leite 1998).

Em segundo lugar, cabe pensar maneiras para, dentro da estrutura dos departamentos e dos cursos, colocar em valor as ciências aplicadas. Uma maneira é de promover cursos de pós-graduação *lato senso* voltados para profissionais de diferentes áreas. O Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE, por exemplo, realiza há mais de quatro anos, em convênio com FUNASA, uma Especialização em Saúde Indígena para profissionais de saúde na região do rio Negro, Amazônia. Recentemente, iniciou em Recife uma Especialização em Antropologia da Saúde voltada para agentes do PSF. Desde 2002, professores do Departamento de Antropologia do Museu Nacional (UFRJ), em parceria com universidades federais no Norte do país (UFAM, UFRR), deslocam-se para regiões interioranas, a fim de habilitar profissionais em um Curso de Especialização em Gestão em Etnodesenvolvimento. Na UFF, antropólogos têm lugar de destaque na Especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública. E, desde 2001, o Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural da Universidade Católica de Goiás (UCG) recebe profissionais vindos das áreas de história, arquitetura, turismo, ciências sociais, administração e marketing, que aproveitam a formação antropológica para se tornarem "gestores de patrimônio cultural". Certamente, a presença no programa de estudantes de origens profissionais diversas, cotejando colegas dos cursos de pós-graduação *estricto senso*, propicia trocas enriquecedoras.

Por outro lado, não seria impossível inscrever nos cursos de graduação mecanismos para garantir a experiência de futuros cientistas sociais em diferentes espaços da sociedade civil. Soube³, por exemplo, que na UFF projeta-se incorporar mais estágios e aulas práticas no curriculum, atribuindo a essas atividades um peso, em créditos, quase equivalente ao das aulas teóricas. A idéia não é abandonar a formação teórica, mas insistir que a teoria seja bem digerida através de aplicações em pesquisa e projetos específicos.

Afinal, é uma obviedade dizer que faz bem integrar alunos em equipes de pesquisa e consultorias técnicas. Mas gostaria de sugerir que a pesquisa em diferentes instituições, associações e ONGs da sociedade civil sensibiliza não somente os alunos, mas também os agentes que atuam nas instituições pesquisadas. Em outras

³ Agradeço a Simone Guedes, coordenadora de graduação da UFF, por essa informação,

palavras, para garantir um futuro espaço para antropólogos profissionais, é preciso mais do que antropólogos bem preparados -- é preciso também pensar estratégias para "formar" empregadores competentes. É preciso "fazer a cabeça" dos técnicos e administradores para que vejam a pertinência do trabalho antropológico -- não a antropologia tecnicista, mas sim a antropologia reflexiva e crítica -- para a análise de problemas e dinâmicas na sua própria organização.

A título de ilustração, posso citar no mínimo quatro experiências de pesquisa realizada por estudantes ligados à equipe de pesquisa em que atuo: o Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACI) da UFRGS. Essas pesquisas que envolveram respectivamente uma ONG feminista voltado para a promoção de acesso a justiça (Themis -- Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero), uma agência municipal responsável pela assistência social à população pobre (FASC), uma agência estadual voltada para o atendimento ao adolescente em conflito com a lei (FEBEM-RS), e uma espécie de sindicato para prostitutas (NEP -- Núcleos de Estudos da Prostituição). Em três dos quatro casos, são membros da equipe de graduandos que escolheram o lugar de pesquisa, entrando com pedido de permissão para frequentar o local. No quarto, vieram procurar nosso núcleo para oficializar uma parceria... Em todos os casos, iniciamos nossa intervenção pesquisando um assunto bastante vago, mas tipicamente antropológico -- o processo de comunicação entre os técnicos da organização e os usuários do serviço.

Era praxe que, no início, praticamente ninguém entendia o porquê de nossa presença nos locais de atendimento. Deixávamos os "nativos" -- tanto técnicos e planejadores quanto usuários -- perplexos. Nós mesmos mal sabíamos o que procurávamos. Contudo, fomos construindo, através de leituras teóricas, comparações e o interminável diário de campo, o nosso objeto de análise. Não vou dizer que produzimos resultados tremendamente originais em termos acadêmicos (ver Fonseca e Cardarello 1999, Paim 2000, Fonseca, Bonetti e Pasini 2002)⁴-- mas o interessante, para nosso propósito aqui, é que, nos quatro casos, alguns de nossos "clientes" -- das instituições empregadoras -- acabaram sacando mais ou menos o que era o olhar antropológico. Já antes da entrega de qualquer relatório, passaram a antecipar nossas perguntas e tecer hipóteses sobre sua própria organização. Em outras palavras, a presença do antropólogo agia para sensibilizar as pessoas, induzindo ou pelo menos reforçando um processo de auto-reflexão. Mais importante ainda, as quatro instituições voltaram pouco tempo depois do término de pesquisa para contratar os serviços de um antropólogo. FEBEM, além de solicitar palestras e cursos de curta duração, convidou NACI a realizar uma pesquisa do clima institucional -- um trabalho que agregou doutores, mestres e estudantes de graduação numa atividade remunerada de grande fôlego (Fonseca, Barcellos et al. 2001). FASC contratou a estudante que a estudara para fornecer "consultoria antropológica", na forma de conferências e oficinas de reflexão. THEMIS transformou a pesquisadora (uma vez terminado seu Mestrado, ver Bonetti 2001) em membro do quadro básico. E finalmente, o NEP acabou convidando a própria bolsista para ocupar um cargo de estagiária na ONG -- reconhecendo que ela tinha uma competência particular para integrar as prostitutas na associação.

⁴ Refiro-me ao período inicial de contato. Diversos dos estudantes continuaram numa mesma linha de investigação para produzir, durante seu curso de pós-graduação, trabalhos acadêmicos de grande mérito). Cardarello 1996, Bonetti 2001, Pasini 2001, Shuch 2002).

Poderíamos, de certa forma, comparar a atuação dos estudantes fazendo exercícios de pesquisa em diferentes instituições à atuação de vendedores ambulantes fazendo saídas para os bairros cercanos no intuito de distribuir amostras de seus produtos. Tendo gostado, os clientes voltam querendo mais, e prontos, essa vez, para pagar o preço. É claro que não é tão automático assim, mas quero insistir que o exercício de pesquisa realizada por estudantes de graduação em agências estatais e ONGs não somente ajuda os alunos a entender o que a antropologia faz, também permite que essas instituições se familiarizem com o trabalho antropológico, e se incluam (entre os novos territórios) nas fronteiras de expansão do mercado de trabalho.

4. Para além das fronteiras disciplinares

Durante muito tempo, obremos, nos programas de pós-graduação, para consolidar um marco distintivo da antropologia. Eu, por exemplo, já falei com convicção da necessidade do aluno -- especialmente aquele aluno que vem com formação diversa -- de medicina, direito ou psicologia -- se "converter" à visão do mundo antropológica. Em geral logramos sucesso -- tanto que é raro ver um desses profissionais voltar a se integrar na sua categoria original. A médica deixa de clinicar, o advogado deixa de advogar, a assistente social deixa de assistir... pois tornam-se auto-reflexivos a tal ponto que não conseguem mais conviver com técnicos e planejadores. Tendo assumido a nova identidade de antropólogo, se sentem estrangeiros entre esses "leigos", e muitas vezes abandonam a carreira original para fazer o que? para ser professor de antropologia...

Agora cabe a nós repensar esse tipo de orientação. Para responder a inquietudes semelhantes às apresentadas nesse artigo, a norte-americana⁵ Margery Wolf aponta para um novo estilo de recrutamento e formação de estudantes em antropologia:

"Se quisermos encorajar o tipo de estudante que vai dar certo n[ess]as novas condições, não somente devemos trabalhar melhor o ensino da ética antropológica entre nossos estudantes de pós-graduação (e entre nós mesmos), também devemos modificar nossos estereótipos da personalidade antropológica...Aquele individualista intrépido que nada temia, enfrentava cobras, furacões, avalanches de gelo, e líderes comunitários hostis para conseguir seus dados deve agora ser substituído pelo diplomata cooperativo, comedido, e atencioso, capaz de negociar habilmente com agentes "estrangeiros", comunicar informações, e lidar com expectativas bem diversas quanto à definição das questões importantes..." (tradução minha, 2002: 7)

Essa observação se mostrou sumamente pertinente quando, recentemente, um dos meus bolsistas se envolveu num projeto de extensão multidisciplinar. Seu objetivo era analisar a organização social de um assentamento do MST, e juntar-se a uma equipe de extensão da universidade era visto (tanto por ele quanto por mim) como um mal necessário para realizar sua pesquisa. No início, precavido pelos conselhos de Malinowski, o jovem pesquisador fazia tudo para evitar a convivência com "outros brancos". Organizava suas idas ao campo justamente para não coincidir com as dos

⁵ É evidente que o contexto norte-americano é muito diferente do brasileiro -- em termos de mercado de trabalho, estrutura de ensino superior, e filosofia políticas da maioria de profissionais. Não tendo espaço para desenvolver essa comparação, evoco com essa citação certos pontos gerais que a situação descrita por Wolf e a brasileira podem ter em comum.

demais membros da equipe, pois o contato inicial com os outros membros do projeto de extensão -- estudantes de agronomia, hidrotecnologia, biologia, engenharia de alimentos, etc., -- mostrara o "pior" : que não pensavam como antropólogos! Daí, deduzia-se que não iam contribuir grande coisa para a pesquisa do bolsista. Pulando por cima de muitas mancadas e conversas cruzadas, posso dizer que, ao fim de seis meses, o jovem antropólogo perdeu algo de sua arrogância, aprendendo que seus colegas de outras áreas também podiam ter "sacadas" geniais... e, melhor ainda, os estudantes das áreas técnicas que, no início, tinham sido, eles também, céticos quanto ao papel de um antropólogo na equipe, passaram a consultá-lo sobre certas questões, escutando com grande interesse (ver Soares, D. 2002).

Mais uma vez, foi impressionante observar -- nesse caso, como nos outros citados em cima -- a maneira em que os interlocutores "leigos" do antropólogo acabaram descobrindo dinâmicas sociais embutidas no processo de intervenção que, antes, nem sequer imaginavam. Em todo caso, tratava-se de uma interlocução *multidisciplinar* em que cabia ao antropólogo fazer a ponte não somente entre a equipe técnica e "a população alvo de intervenção", mas entre os próprios membros da equipe. Assim, o antropólogo aprendeu a ver e comunicar na prática a relevância de seu tipo de saber.

Enfim, o quadro é complexo e não é possível nesse curto espaço elaborar mais do que esses poucos exemplos. Sem dúvida, outros capítulos desse livro trarão a tona a riqueza de experiências sendo ensaiadas por professores de antropologia em diferentes situações institucionais e em outras regiões do país. Meu intuito aqui é simplesmente reiterar a extrema importância desse tipo de discussão. Sugiro enfim que, se durante certo tempo fazia sentido eleger como prioridade absoluta a produção de pesquisa acadêmica voltada para a comunidade internacional de *scholars*, vivemos hoje uma época em que os diplomados serão chamados antes de tudo a mostrar a utilidade de sua ciência para situações não-acadêmicas, e para uma platéia composta de estudantes e administradores "leigos" (isto é, tudo menos cientistas sociais). De certa forma, a situação teria algo em comum com o período da reabertura democrática quando havia uma grande criatividade nos planos curriculares que visavam tornar a antropologia relevante para a vida dos estudantes. Ao que tudo indica, está na ordem do dia repensar aquele trinômio que tem tradicionalmente pautado os grandes discursos sobre a vida universitária -- "pesquisa, ensino e extensão". É de esperar que estes termos, num futuro próximo, adquiram -- de fato -- pesos mais iguais, tanto em termos de investimento intelectual e financeiro quanto em termos de prestígio e reputação profissional.

BIBLIOGRAFIA

ANJOS, José Carlos G. e Sergio Baptista da Silva. 2004. *São Miguel e Rincão dos Martimianos: Ancestralidade negra e direitos territoriais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

BARCELLOS, Daisy et al. 2004. *Comunidade negra da Morro Alto: Historicidade, identidade e territorialidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

BONETTI, Aline de Lima. "Novas Configurações: direitos humanos das mulheres, feminismo e participação política entre mulheres de grupos populares porto-alegrenses". In: KANT DE LIMA, Roberto e NOVAES, Regina R. (Org).

Antropologia e Direitos Humanos. Prêmio ABA/Fundação FORD. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2001 (p. 137-201).

CARDARELLO, Andrea Llamas. 1996. Implantando o Estatuto: um estudo sobre a criação de um sistema próximo ao familiar para crianças institucionalizadas na FEBEM-RS. Tese defendida no PPG de Antropologia, UFRGS.

CAVEDON, Neusa Rolita. 2003. *Antropologia para administradores*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

DIRKS, Nicholas, Geoff ELEY e Sherry ORTNER. 1994. "Introduction". In *Culture/power/history: a reader in contemporary social theory* (N. Dirks, G. Eley e S. Ortner, orgs.). Princeton: Princeton Univ. Press.

FABIAN, Johannes. 1983. *Time and the other: how anthropology makes its object*. New York: Columbia University Press.

FONSECA, Claudia, Daisy Barcellos et al. 2001. Avaliação situacional, motivações e expectativas da população envolvida pelo sistema FEBEM. Relatório de pesquisa, realizada no âmbito de um Projeto em parceria com FEBEM-RS, 95 p., divulgado no site -- http://www.ufrgs.br/labors/labor_refebem.pdf

FONSECA, Claudia, Alinne Bonetti e Elisiane Pasini. 2002. Relatório técnico *NOVAS FORMAS DE LIDERANÇA : Um olhar antropológico sobre o Projeto Themis: Promotoras Legais*, 49 p. Populares, divulgado no site -- <http://www.themis.org.br/ProgramasIndex.htm>.

FONSECA, Claudia. 1982 "Some considerations on the limits of anthropological theory as applied to community development". *Anthropos* v.77: 363 - 384.

GEERTZ, Clifford. 1983. *Local knowledge: further essay in interpretative anthropology*. New York: Basic Books.

GOUGH, Kathleen. 1968. Anthropology : child of imperialism", *Monthly Review* v.19, n.11: 12-27.

KLUCKHOHN, Clyde. 1961 [1949] "Antropologists at work", In *Mirror for man* (mesmo autor) p. 130-150. New York: A Premier Book (Fawcett Library)

KUPER, Adam. 1973. *Anthropologists and anthropology: the British school, 1922-1972*. New York: Pica Press.

LECLERC, Gérard. 1973. *Crítica da antropologia*. Lisboa : Editorial Estampa.

LEITE, Ilka Boaventura (org.) 1998. *Ética e estética na antropologia*. Florianópolis: UFSC-CNPq.

LEITE, Ilka Boaventura. 1999. "Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização?" *Horizontes Antropológicos* v.10: 123-150.

MARTINS, Carlos Benedito. 2003. "Pós-graduação no contexto do ensino superior brasileiro". IN *Universidade em questão*, vol. 1 (Lauro Morhy, org.). Brasília: Editora Universidade de Brasília.

MEAD, Margaret. 1955. *Cultural patterns and technical change*. New York: a Mentor Book.

O'DWYER, Eliane Cantarino, org. 2002. *Quilombolos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

PAIM, Heloisa. 2000 "A questão ética, as intervenções e a produção de conhecimento antropológico em consultorias contratadas". Trabalho apresentado XXII Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, no Fórum 22, em Brasília, julho.

PASINI, Elisiane (2001). "Fronteiras da intimidade: uso de preservativo entre prostitutas de rua". *Tempos e lugares de gênero* (Cristina Bruschini e Celi R. Pinto, orgs.). São Paulo: Fundação Carlos Chagas.

RIBEIRO, Gustavo Lins e Wilson Trajano Filho, orgs, 2004. *O campo da antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.

SAMPAIO, Helena Maria Sant'ana. 2003. "Expansão do sistema de ensino superior". In *Universidade em questão*, vol. 1 (Lauro Morhy, org.). Brasília: Editora Universidade de Brasília.

SCHUCH, Patrice. "O estrangeiro" em "campo": atritos e deslocamentos no trabalho antropológico. *Antropolítica* v.12/13 (2002): 73-92.

SILVA, Orlando Sampaio, Lúcia LUZ e Cecília Maria HELM, orgs. 1994. *A perícia antropológica em processos judiciais*. Florianópolis: Editora da UFSC.

SOARES, Diego da Silveira. 2002. *Uma Antropologia do Encontro: o caso do assentamento '19 de setembro'*, Monografia de Conclusão de Curso de Ciências Sociais, UFRGS;

SPICER, Edward H. 1952. *Human problems in technological change*. New York: Science Editions.

VICTORA, Ceres, Daniela R. KNAUTH, e Nazareth HASSEN. 2000. *Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema*. Porto Alegre: Tomo Editorial.

WOLF, Margery. 2002. "Future of Anthropology: an ethnographer's perspective". *Anthropology News* 43(6): 7 -- Sept. 2002